

## **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Pelo presente instrumento particular, de um lado **CLAUDIA MAGNO DE JESUS RODRIGUES**, brasileira, Engenheira de Segurança do Trabalho, inscrito no CPF sob o nº. 074.020.356-89, CNH 03920205840, CREA nº MG 0400000235993, residente na Rua Holanda, 64, casa 01, Recanto Verde, Esmeraldas MG - CEP: 32.807-340, e-mail [claudiamagnodejesusrodrigues@gmail.com](mailto:claudiamagnodejesusrodrigues@gmail.com), doravante denominada CONTRATADA, de outro **MEDICAL CENTER LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita junto sob nº CNPJ: 22.545.961/0001-14, com sede na Rua Luiz Maria, 350, Loja 01, Brejo, Conceição do Mato Dentro/MG - CEP: 35.860-000, doravante denominada "CONTRATANTE", neste ato representada na forma de seu representante legal, o Sr. **MATEUS DE CASTRO MARCHINI**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº MG 10643401 - SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 070.396.276-04, residente e domiciliado na Rua Rubi, 550, Alphaville, Lagoa dos Ingleses, Nova Lima/MG - CEP: 34.018-062, firmam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que se regerá pelas seguintes condições descritas abaixo:

### **CLÁUSULA I – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem como OBJETO, a prestação de serviços pela CONTRATADA, à CONTRATANTE, nos dias de terça e quinta de 08h as 18hrs.

### **CLÁUSULA II – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

2.1. A CONTRATANTE disponibilizará à CONTRATADA todos os meios necessários para que esta possa cumprir o estabelecido neste contrato e oferecendo os meios para que a CONTRATADA preste os serviços de forma satisfatória.

2.2. Pagar mensalmente o valor dos serviços contratados, nos termos da cláusula 4.1.

### **CLÁUSULA III – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

3.1. A CONTRATADA irá até à localidade informada pela CONTRATANTE para prestar os serviços previstos neste contrato.

3.2. Compete a contratada prestar os seguintes serviços:

- a) Preenchimento de PPP
- b) Elaboração do PCA – Programa de Conservação Auditiva;
- c) Delimitar as áreas de periculosidade, insalubridade, e outras, de acordo com a legislação vigente, emitir parecer, laudos técnicos e indicar mediação de controle sobre grau de exposição a agentes agressivos de riscos físicos, químicos e biológicos.
- d) Elaboração do PPR – Programa de Proteção Respiratória;
- e) Elaborar LTCAT
- f) Elaborar PGR - programa de gerenciamento de riscos
- g) Elaboração do PCMSO - Programa de controle Médico e saúde ocupacional
- h) Ministras palestras e treinamentos de acordo com necessidades da empresa
- i) Elaboração dos programas legais, PPRA, - PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS.
- j) Avaliações Ambientais Gerais.

### **CLÁUSULA IV – DO PAGAMENTO**

4.1. A CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA da quantia mensal de **1 (UM) SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE**, a ser pago até o quinto dia útil do mês subsequente.

4.2. O não pagamento na data estabelecida na cláusula anterior acarretará multa de 2.0% (dois por

cento) sobre o valor vencido, acrescido de juros de mora de 1.0% (um por cento) ao mês, bem como pagamento de honorários advocatícios em caso de interveniência.

4.3. A partir do 10º dia de atraso no pagamento, sem justificativa, a CONTRATADA poderá interromper a prestação do serviço.

#### **CLÁUSULA V – DA RESCISÃO**

5.1. O presente contrato pode ser desfeito a qualquer momento, caso seja da vontade de ambas as partes.

5.2. Também poderá ser rescindido caso uma das partes não cumpra o disposto em qualquer uma das cláusulas, responsabilizando-se a que deu causa a pagar a multa equivalente ao valor de 50% do valor do contrato, em observância a cláusula 4.1.

#### **CLÁUSULA VI – DO PRAZO**

6.1. O presente contrato terá prazo indeterminado a valer desde a data de assinatura, podendo ser encerrado caso haja manifestação de uma das partes e, com antecedência, de pelo menos 30 (trinta) dias.

#### **CLÁUSULA VII – DA NATUREZA CONTRATUAL**

7.1. Na conformidade da legislação, o presente contrato tem natureza estritamente cível, e não haverá vínculo empregatício entre a CONTRATADA ou seus prepostos, nem responsabilidade solidária, subjetiva, objetiva ou subsidiária entre CONTRATANTE e a CONTRATADA, sendo vedada aplicação da Súmula 331, do TST.

7.2. As partes possuem ciência que o presente contrato não configura qualquer subordinação, não havendo controle de jornada ou qualquer outro requisito de vínculo de emprego, podendo a parte CONTRATADA exercer suas funções de forma autônoma e prestar serviço para outras empresas.


7.3. As PARTES declaram que não há entre elas qualquer vínculo trabalhista, nem com os representantes legais ou prepostos da outra parte, que responderão, integralmente, por seus atos.

7.4. A natureza do presente contrato é estritamente civil, não podendo ser avocada qualquer regra do Código de Defesa do Consumidor, por não estarem presentes nenhuma condição de consumidor e fornecedor.

#### **CLÁUSULA OITIVA – DA CONFIDENCIALIDADE E A PROTEÇÃO DE DADOS**

8.1 – No desenvolvimento de quaisquer atividades relacionadas com a execução do Contrato, as Partes comprometem-se em proceder a todo o tratamento de dados pessoais que venha a se mostrar necessário ao desenvolvimento do Contrato.

**Parágrafo Primeiro** – Para os termos desta cláusula, obrigam-se as partes:

- a) Tratar e usar os dados pessoais nos termos legalmente permitidos, em especial recolhendo, registrando, organizando, conservando, consultando ou transmitindo os mesmos, apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento inequívoco ou nos restantes legalmente previstos;
  - b) Tratar os dados de modo compatível com as finalidades para os quais tenham sido recolhidos;
- 



- c) Conservar os dados apenas durante o período necessário à prossecução das finalidades da recolha ou do tratamento posterior, garantindo a sua confidencialidade;
- d) Implementar as medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
- e) Informar imediatamente a outra Parte, devendo prestar toda a colaboração necessária a qualquer investigação que venha a ser realizada, caso exista alguma quebra de segurança, ou suspeita dela, independentemente de colocar ou não em causa a segurança e integridade dos Dados Pessoais;
- f) Garantir o exercício, pelos titulares, dos respetivos direitos de informação, acesso e oposição;
- g) Assegurar que os respetivos colaboradores ou os prestadores de serviços externos por si contratados e que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumprem as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respetivos titulares ou, se aplicável, ser o seu processamento objeto de notificação ou de pedido de autorização à Comissão Nacional de Proteção de Dados.

**Parágrafo Segundo:** A parte que deu causa fica responsável por qualquer vazamento de dados que possa ocorrer sob sua responsabilidade, inclusive da forma civil e criminal, seja de forma dolosa ou culposa, devendo assim, promover a competente reparação/indenização de forma proporcional ao dano causado em decorrência de eventual quebra de sigilo de dados.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS PRÁTICAS ANTICORRUPTIVAS**


**9.1** – As partes CONTRATANTES comprometem-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei nº 12.846, de 1º de Agosto de 2013, e, no que forem aplicáveis, os seguintes tratados internacionais: Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE) – promulgada pelo Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000; a Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) – promulgada pelo Decreto nº 4.410, de 7 de outubro de 2002; e a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção das Nações Unidas) – promulgada pelo Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006.

**9.2** – A CONTRATADA (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei nº 12.846/2013; (ii) se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei nº 12.846/2013.

**Parágrafo Primeiro** – A CONTRATADA, no desempenho das atividades objeto deste CONTRATO, compromete-se perante a CONTRATANTE a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

**Parágrafo Segundo** – Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por qualquer das partes, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013;

**Parágrafo Terceiro** – A CONTRATADA obriga-se a conduzir os seus negócios e práticas comerciais de forma ética e íntegra em conformidade com os preceitos legais vigentes no país.



## CLÁUSULA VII – DO FORO

Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste instrumento, fica eleito o foro da comarca de Contagem.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas.

Conceição Do Mato Dentro, 04 de Março, de 2022.

*Claudia*



CLAUDIA MAGNO DE JESUS RODRIGUES  
CONTRATADA



*Gilberto de F Pessoa Moreira*

MEDICAL CENTER LTDA  
CONTRATANTE

### TESTEMUNHAS:

1) \_\_\_\_\_

NOME/CPF

2) \_\_\_\_\_

NOME/CPF

